

Situação:

MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR PARA ALÉM DO ENTRETENIMENTO

Luiz Renato da Silva Rocha, Claudia de Araújo Marques

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2825>

Submetido em: 2021-08-19

Postado em: 2021-09-09 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR PARA ALÉM DO ENTRETENIMENTO

LUIZ RENATO DA SILVA ROCHA¹

<https://orcid.org/0000-0002-0900-9576>

CLAUDIA DE ARAÚJO MARQUES²

<https://orcid.org/0000-0002-0084-8787>

RESUMO: O presente artigo reflete sobre a importância da musicalização atuando sobre os aspectos cognitivo, social, afetivo e motor na Educação Infantil e o importante papel do professor na condução dessas atividades, bem como, tratar da formação de professores em relação à arte, uma vez que é através dela que se configuram aspectos que constroem a concepção de arte e as diferentes manifestações artísticas dos docentes e essa concepção norteará sua práxis. Discutir também o percurso histórico da concepção de infância e o surgimento da educação infantil através de documentos de cunho educacional para que a mesma fosse reconhecida como parte da educação. Assim, deve-se também ofertar cursos de capacitação para as docentes sobre musicalização e que atenda a arte, para que elas entendam e enxerguem a música como um poderoso recurso artístico, e uma possibilidade de retomar assuntos vistos em sala de aula e na apresentação de novos conteúdos, além disso, entendo a importância de estimular a criatividade.

Palavras chave: Educação Infantil, Musicalização, Arte e Educação.

MUSICALIZATION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: A LOOK BEYOND ENTERTAINMENT

ABSTRACT: This article aims to reflect on the importance of musicalization acting on cognitive, social, affective and motor aspects in early childhood education and the important role of the teacher in conducting these activities, as well as addressing teacher education in relation to art, since it is through it that it configures aspects that build the conception of art and the different artistic manifestations of the teachers and this conception will guide their praxis. We will also discuss the historical course of the conception of childhood and the emergence of early childhood education through educational documents to be recognized as part of education. Therefore, training courses should also be offered to teachers on musicalization and that attends to art, so that they understand and see music as a powerful artistic resource, and a possibility to revisit subjects seen in the classroom and in the presentation new content, moreover, I understand the importance of stimulating creativity.

Keywords: Early Childhood Education, Musicalization, Art and education.

MUSICALIZACIÓN EN LA EDUCACIÓN INFANTIL: UNA MIRADA MÁS ALLÁ DEL ENTRETENIMIENTO

RESUMEN: Este artículo reflexiona sobre la importancia de la musicalización actuando sobre los aspectos cognitivos, sociales, afectivos y motores en la Educación Infantil y el importante papel del docente en la realización de estas actividades, así como en el abordaje de la formación del profesorado en relación con el arte, una ya que es a través de ella que se configuran los aspectos que construyen la concepción del arte y las diferentes manifestaciones artísticas de los docentes, y esta concepción guiará su praxis. También discutir el curso histórico de la concepción de la infancia y el surgimiento de la educación infantil a través de documentos educativos para que fuera reconocida como parte de la educación. Por ello, también se deben ofrecer cursos de formación a los profesores sobre musicalización y que atiende al arte, para que comprendan y vean la música como un poderoso recurso artístico, y una posibilidad de retomar temas vistos en el aula y en la presentación de nuevos contenidos, además, Entiendo la importancia de estimular la creatividad.

Keywords: Educación Infantil, Musicalización, Arte y Educación.

INTRODUÇÃO

Dentro de um contexto representado por inovações do fazer educativa a arte vem ganhando notoriedade, principalmente na Educação Infantil pelos múltiplos benefícios que contemplam as metas de desenvolvimentos para as crianças envolvidas nesse ciclo.

No que tange a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/96), a Educação Infantil tem por objetivo supremo conduzir o sujeito envolvido ao desenvolvimento pleno, isso implica a um despertar de um educador que busca enriquecer suas práticas pedagógica com conteúdos e metodologias que apresentem resultados significativos ao proposto, além disso, que proporcione ao sujeito bem-estar e satisfação respeitando esse momento de construção e autonomia que é o primeiro período de escolarização.

A pedagogia que é conhecida como ciência da educação, isto é, estuda os processos educativos na relação de ensino/aprendizagem, vem encontrando na música contribuições indispensáveis para atender esse ciclo. Sendo assim, contribuindo para a formação de um sujeito mais criativo, reflexivo e afetivo, pois proporciona um ambiente alegre e propício para novos aprendizados individuais e em conjunto.

A música por sua vez, já se apresenta como prática sociocultural desse sujeito muito antes do seu contato com a escola, contudo um planejamento didático que compreenda a música em toda sua amplitude é necessário de modo a enxergar esse recurso para além de distrair esses sujeitos, mas também integrá-los, socializá-los e principalmente incluí-los.

No sentido de contribuir para que a música não seja vista de forma descontextualizada, a pesquisa ora apresentada propõe refletir a arte educação como uma proposta didática pedagógica apoiada com foco na música e na importância dessa manifestação artística. Nessa perspectiva, se faz necessário que os profissionais de educação compreendam como a música está presente na Educação Infantil enquanto proposta de Ensino e Aprendizagem e como ela pode ser explorada de forma a exceder a função apenas de entretenimento, mas potencializar aspectos cruciais para o desenvolvimento da criança.

Diante o exposto, pergunta-se: Qual a compreensão dos professores acerca da música inserida em sua prática pedagógica na Educação Infantil? Como forma de atender nosso questionamento, a pesquisa ora apresentada, tem como objetivo geral: Compreender qual a percepção de professores da Educação Infantil acerca da música enquanto proposta pedagógica em sua sala de aula.

A fim de atender o objetivo geral, apresenta-se como objetivos específicos: Analisar como a música está sendo contemplada no planejamento didático; Investigar qual o olhar do professor acerca da música enquanto proposta de ensino e aprendizagem; Identificar no Projeto Político Pedagógico como a escola propõe atividades de arte numa perspectiva pedagógica e Investigar como a arte está presente na formação dos professores.

Acredita-se que a atividade docente tem como escopo a reflexão de aperfeiçoamento didáticas que atendam o desenvolvimento integral da criança. Nesse diapasão, discutir a música no contexto educativo é relevante de modo a explorar as multifuncionalidades oferecida por essa metodologia bem como, ampliar o olhar desses profissionais de educação para este recurso, que se faz indispensável se pensado no desenvolvimento global da criança na educação infantil.

Para tanto, seguindo as fases apresentadas por Minayo (2005) segue uma fase exploratória que se dá por uma revisão bibliográfica para uma ampliação da compreensão mais detalhada em relação ao objeto de pesquisa.

CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E SURGIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao se realizar um panorama da Educação Infantil é preciso considerar desde o seu surgimento enquanto creches, vistas meramente como um sistema de assistência social, até a consolidação e reconhecimento da mesma, passando a assumir um papel com intencionalidade educativa assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, que foi o primeiro texto legal que reconhece essa etapa de ensino como parte da educação. Nesse contexto, o seu percurso histórico apresenta-se duradouro e sofrido por uma ideologia de descaso com um fator que até então não ganhava espaços nas discussões do fator denominado infância.

A criança que atualmente vem ganhando notoriedade e solidificando o seu espaço no meio educacional e social, outrora não era reconhecido em suas fragilidades. Havia um olhar limitado sobre as capacidades desse sujeito, e não era estabelecido um conceito social de infância. Portanto o infante era visto então, como uma projeção de um adulto em miniatura, e isso causou uma lacuna em termos de desenvolvimento de políticas voltadas para essa camada da sociedade.

Em seus anos iniciais de vida a criança era vista sob um olhar superficial. Segundo ÁRIES (1981):

[...] um sentimento superficial da criança – a que chamei de “paparicação” – era reservado á criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato. (ÁRIES, 1981, p.10)

Pela inexistência de um olhar que buscasse valorizar a criança e que entendesse que a mesma encontrava-se em um processo de construção que se estabelecida pelas experiências do cotidiano, perpetuou-se a idéia de que ela não era um ser que precisava de cuidados especiais.

No caso dos meninos a existência era bem vinda às atividades desempenhadas pela figura paterna, para ajudar financeiramente a família no exercício de um papel provedor. Já grande parte das figuras femininas segundo HEYWOOD (2004 p.13), “(...) recebiam um tratamento diferenciado, pois eram vistas como um objeto que legitimava a sexualidade”.

Também os cuidados com as crianças em termos de saúde eram escassos, dados históricos mostram que devido à precariedade das condições de higiene vivenciadas até o século XVI o índice de mortalidade infantil era acentuado.

Com o inicio da modernidade, mais precisamente nos finais do século XVII na Europa, essa concepção de infância ainda vivia a sombra de alguns fatores, como econômicos, culturais e principalmente sociais. Essa preocupação estava vinculada ao modelo de civilização do contexto vivido, que exigia boas maneiras e etiqueta e a responsabilidade dessa educação disciplinar era dos pais.

Ainda assim, a criança era vista na condição passiva, sem a liberdade e autonomia, apenas existia para seguir padrões impostos para aquela época. Apesar dessas crescentes transformações de sociedade moderna apenas em 1970 que os debates em torno da infância passaram a ganhar um espaço prioritário no campo político e social.

Verônica Müller (1996b) chama a atenção para o caráter parcial do conceito de infância e como isso pode ser prejudicial:

É muito importante saber se estamos falando da infância como ideal ou como realidade e do ponto de vista de quem. Não existe só uma infância, existem várias. O conceito de infância foi materialmente construído e continua em construção. (MÜLLER, 1996b, p. 26)

O surgimento do conceito de infância, foi fundamental para que criança começasse a ser observada de maneira empírica e por meio desse processo de entendimento, compreendessem que a ela não só pode como deve, ter um papel ativo na sociedade, afinal ela exercerá dentro das suas possibilidades, o seu papel cidadão. E é necessário também que respeitem suas etapas de desenvolvimento e colaborem com métodos que auxiliem a sobrepor todos os anos que foram

tratadas com descaso e esquecimento.

Para ÁRIES (1981 p.50) “a escola era a instituição que separava as crianças dos adultos”. Para tanto, cria-se uma possibilidade de observação desse sujeito. Essa separação apresenta um olhar de mudanças e corroboram para um ambiente de maior possibilidades de melhorias para esse público.

Essas possibilidades no Brasil foram favorecidas pelos movimentos sociais que a partir da Constituição de 1988 atingiram seu êxito com o reconhecimento a educação desde a pré-escola como um dever Estatal proferindo em seu Artigo 205 que diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Sobre esse período OLIVEIRA (2002) apud Gênova et all (2013) afirma que:

Em meados dos anos 90, ocorreu uma ampliação sobre a concepção de criança. Agorase procura entender a criança como um ser sócio-histórico, onde a aprendizagem se dá pelas interações entre a criança e seu entorno social. Essa perspectiva sócio-interacionista tem como principal teórico Vigotsky, que enfatiza a criança como sujeito social, que faz parte de uma cultura concreta. (OLIVEIRA apud GÊNNOVA et.all., 2013, p.7)

Influenciada pelas demandas e movimentos sociais e tendo como base a nossa Carta Magna, em 1996 foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96, o maior triunfo da Educação Infantil no Brasil, quando ela é reconhecida como componente da educação básica, legitimando a obrigação do ingresso da criança nesta etapa de ensino e as metas de aprendizagem para cada ciclo educacional. Essa lei ficou conhecida por ser um dos documentos com maior relevância espaço educacional além de estruturar e padronizar a educação brasileira com base na Constituição Federal de 88 que diz:

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Além disso, a LDB apresenta bases para o ensino que deve ser adotado como direcionador para os trabalhos realizados na escola, pois a sociedade já estava buscando ideais cada vez mais democráticos e a ideia era que as crianças também agregassem uma formação que auxiliassem no seu processo de construção de identidade e cidadania o que está expressos nos princípios I, II e III no seu Artigo 3 da referida Lei:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Esse documento foi um ponto de partida para que se desencadeasse um pensamento acerca de uma estrutura de ensino que atendessem os educandos da pré-escola de maneira a se pensar em uma educação que valide o pensamento de FREIRE (1979, p.84), que “transforme pessoas que por intermédio dessa transformação de pessoas, transformem também o mundo”.

INFÂNCIA, ESCOLA E ARTE

Em junho de 2014 na forma da lei 13.005, foi lançado o Plano Nacional de Educação –PNE, tratando-se de uma lei feral sendo uma obrigatoriedade imposta pela Constituição Federal (1988) uma formulação de um plano com metas e estratégias afim de uma melhoria na qualidade educacional, e deve ser atualizada com duração decenal construída pela União de Estados e Municípios. De acordo com o referido documento, em seu Art. 2º São diretrizes do PNE:

- I- Erradicação do analfabetismo;
- II- Universalização do atendimento escolar;
- III- Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV- Melhoria da qualidade da educação;

Assim, vão aprimorando pensamentos para novas tendências pedagógicas que vão evoluindo segundo o contexto vivido pela sociedade a fim de fazer uma pedagogia mais eficaz, científica e universal pois, uma nova era acarretava ideais nos quais a criança já não é vista como uma tábula rasa, é um ser pensante e que possui vontades e carrega características individuais.

Após os avanços ocorridos com o PNE, os espaços escolares foram complexizando cada vez mais o olhar a educação infantil, reconhecendo a diversidade presente nesse contexto e estabelecendo metas para uma melhoria para os assistidos. No entanto, muitas vezes as políticas públicas não se efetivam nos espaços por falta de estrutura que atenda os objetivos das mesmas. Em 2019, foi publicada Base Nacional Curricular Comum – BNCC com novas diretrizes com novas metas de desenvolvimento sendo o mais recente documento no espaço educacional.

É preciso ressaltar que a identidade da criança é construída pelas suas experiências e pela sua capacidade de receber novos conhecimentos e fazer associação deve ser estimulado como afirma a BNCC (2019):

Na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir

significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. (BNCC, 2019, p. 37)

Essas orientações vêm abrindo margem para uma pedagogia nomeada construtivista, que se trata de uma visão fundamentada por Jean Piaget (1976) que discute possibilidades cognitivas do indivíduo no processo de interação com pessoas ou com elementos que compõe o seu meio, na qual o professor já não é mais a figura principal do processo e nem é o detentor de todo saber pois, ele deve ser além de tudo um mediador, ou seja, proporcionar momentos e situações para a aprendizagem.

Cesar Cool (1990) afirma que a intervenção pedagógica deve contribuir na formação do discente, de modo a fazer com que o mesmo desenvolva as suas próprias capacidades de aprender e encontre um significado na aprendizagem e que ele aprenda a aprender. Esse pensamento valida uma era de autonomia para o público infantil, bem como uma mudança na figura docente.

É a partir desses pressupostos que evidenciam um novo momento para educação e necessidade que há uma preocupação com novas didáticas e metodologia que se vincule as teorias propostas que nesse processo de formação infantil tragam o resultado esperado nesse espaço e principalmente na formação de sujeitos críticos que refletissem com autonomia e responsabilidade.

E esse período de experiências e descobertas que serviram de incentivo em busca de atividades que favorecessem o direcionamento desse saber para atingir as metas estabelecidas pelos documentos norteadores da educação. Partindo desse ponto, surge a exploração do lúdico como colaborador dos processos do aprender dentro de uma pedagogia com ideias libertárias.

Desde então, a escola vista como extensão da sociedade, ganha um caráter democrático, e começa a entender os processos de aprendizagem a fim de contemplar a todos os participantes também por meio do lúdico.

Diante esse novo contexto voltado à educação infantil, discutia-se no meio educativo, a ação pedagógica subsidiada em duas concepções, arte ou ciência. Do ponto de vista da Arte, baseada em uma postura da docente que agregue a sua formação humana, sensível e criativa, e no que compete a Ciência promovendo uma maior atenção às intervenções didáticas associando conhecimentos de áreas como: Sociologia, Filosofia e Psicologia.

Ambos os conceitos são de suma importância para uma educação que busque inovações didáticas. Bernard Charlot (2003) afirma que tanto a educação quanto a arte têm a mesma ambição, dar conta do mundo, expressar e elaborar o seu sentido. Enquanto a arte se apresenta na mobilização do movimento e criatividade a educação racionaliza essa subjetividade. E vai além quando diz que a Educação e a Arte são duas formas de construir o ser humano.

Embora a arte não seja valorizada dentro do espaço escolar, o ato de educar está diretamente assegurado a subjetividade artística. Segundo Paiva apud Barbosa (2002, p.50), etimologicamente, “*educare* procedede *exducere*, ducere significando levar e *ex* expressando movimento para fora. Educação compreende assim uma saída de si, do que se é, para uma nova forma de ser.”

Essa visão corrobora para um novo jeito do fazer educativo. Entender que educar é uma ação holística e complexa de dentro para fora, é reconstruir e possibilitar ao sujeito novas maneiras de existir. É, sobretudo, entender que ela está presente em todos os espaços e que o docente deve usar do prazer do aprendiz brotar o conhecimento, e o que é capaz de trazer mais prazer do que a arte que possui um catálogo sem tamanho para incrementar aulas dinâmicas.

Na obra *Pedagogia e Artes Cênicas*, Bernard (2003) faz uma crítica ao sinalizar que existe uma pedagogia tradicional que vem perdendo o seu espaço socialmente falando, e uma pedagogia nova que está subsidiada a os ideais construtivistas. Explicita que não há uma visão contemporânea, pois segundo Freire (2000), “o ser contemporâneo na arte e na educação contempla identidades pessoais e culturais, considera a família, a comunidade e a sociedade escolar. Reflete na ação sobre o mudo, no sentido de transformá-la”.

A arte está presente na vida dos indivíduos em toda sua trajetória de vida e existência e segundo Ferraz (2009), o contato artístico que se torna um dos fatores essenciais da humanização e manifestação criativa, e vai além quando diz que através dessa interação se reconhecem e conhecem o mundo.

Esse conhecimento direciona o sujeito à compreensão de que ele é um ser sociocultural, que é capaz de reconhecer e produzir cultura, e a escola é o espaço de ensino que sistematiza o conhecimento e o torna intencional deve atentar-se a essas exigências contemporâneas do ensino.

O grande problema é como esses profissionais têm enxergado a música e as demais manifestações artísticas em suas contribuições no âmbito de atuação em sala de aula, pois o que ainda está explicitamente arraigado em prática educacional é uma inserção da música de forma descontextualizada e sem planejamento.

As didáticas apoiadas em manifestações artísticas, ainda são descredibilizadas, e um dos motivos é essa visão de arte, no contexto escolar como proposta de ensino aprendizagem ou apenas ofertada para o entretenimento de crianças e jovens.

O ensino somente é bem-sucedido quando os objetivos do professor coincidem com os objetivos de estudo do aluno e é praticado tendo em vista o desenvolvimento de todas as suas formas intelectuais. (...) quando mencionamos que a finalidade do processo de ensino e proporciona aos alunos os meios para que assimilem ativamente os conhecimentos é porque a natureza do trabalho docente é a média da relação cognoscitiva entre o aluno e a matéria de ensino. (LIBANEO, 1991, p.54).

Portanto, para que esse processo aconteça de forma mais proveitosa possível é necessário antes de tudo que haja sintonia entre os objetivos do professor e as atividades propostas aos alunos.

LUDICIDADE E MÚSICA

A palavra Lúdica, segundo o dicionário Aurélio (2008), é um adjetivo masculino que originado do latim “Ludos” remete a ideia de jogos e divertimento, uma atividade que

proporciona aos indivíduos envolvidos motivação. Neste sentido, Vigostsky (1984, p. 57) “atribuiu ao termo significado relativo ao ato do brincar relevante para a construção do pensar infantil”.

Isto posto, quando a criança pratica o ato de brincar, é externalizado todo o seu estado cognitivo e emocional além de criar um espaço para que ela desenvolva estratégias e solucione problemas, adquirindo informações que contribuam nesse processo de auto conhecimento.

Através da brincadeira, a criança expõe toda sua experiência cotidiana reproduzindo etapas e rotinas já vivenciadas, pois cada situação lúdica exigirá da mesma um posicionamento com o propósito de abarcar aprendizados diferentes. A aprendizagem por meio de atividades lúdicas proporciona ao sujeito um enriquecimento de repertório para suas ações diárias e principalmente na propagação de elementos que constituem a sua cultura, em um processo prazeroso.

Corroborando com o entendimento acima, apresenta-se trecho do documento elaborado pelo Ministério da Educação do Brasil demonstrando a importância do lúdico, quando afirma que:

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009).

Desta forma, a inclusão de atividades lúdicas passou a ser uma temática muito abordada nas discussões e documentos que regem a educação no Brasil, principalmente por conta de novos estudos que atribuem variados benefícios à adoção dessas medidas no ambiente educacional, propiciando o desenvolvimento global da criança em formação.

Por conseguinte, não há razões para dissociar a educação infantil das atividades lúdicas. Neste contexto, todas as atividades devem subsidiar o eixo educacional, assegurando o direito da criança a aprender brincando.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular de 2019, a interação durante as brincadeiras com cunho educacional proporciona a caracterização do cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens que potencializam o desenvolvimento das crianças, apresentando-se como um recurso de extrema importância na Educação Infantil.

Assim, considerando a música como produção artística muito presente no contexto da infância, debates e diálogos que envolvam a música como temática central, a fim de explorar toda a contribuição advinda dessa abordagem é de grande importância, principalmente por proporcionar inovações metodológicas que correspondam a ludicidade, troca de comunicação sonoro-musical, intensificação de ambientes sociáveis, com exercícios que estimulam a cognição, o trabalho corporal e a afetividade, expondo a criança a amplitude de percepções.

À respeito de músicas e suas implicações Schaller (2005) afirma que:

A música é muito mais que um simples conjunto de sons que se unem em uma melodia. Ela penetra nossa pele, provoca arrepios de prazer ou nos faz mergulhar em doces lembranças. Algumas melodias não nos tocam, enquanto outras nos atingem diretamente – e podem até mesmo transmitir significados concretos. “O cérebro de todo ser humano se interessa muito por informações musicais e é extremamente habilidoso em compreender seu significado”, explica Stefan Kölsch, do Instituto Max Planck de Ciências Cognitivas e Neurológicas, em Leipzig. Kölsch investiga a ligação entre a música e a fala. (SCHALLER, 2005,p. 64-69).

De acordo com Gainza (1988, p.22) “a música e o som, enquanto energia estimula o movimento interno e externo no homem; impulsionam-no ‘a ação e promovem nele uma multiplicidade de condutas de diferentes qualidade e grau”.

Nessa perspectiva, Teca Brito (2013) afirma que a criança é um ser brincante e brincando faz música. A música é uma ferramenta utilizada, principalmente por crianças para explorarem o mundo através de suas interpretações.

A relação musical é tão presente nos seres humanos que o contato da criança com o ambiente sonoro acontece de forma intuitiva, antes mesmo do nascimento, na fase intrauterina, eis que, os bebês são expostos a elementos sonoros como respiração, movimentos corporais, e principalmente o contato vocal ainda no ventre materno.

A educadora brasileira Beatriz Ilari (2003) explica que o próprio batimento cardíaco, ora mais lento, ora mais rápido, já proporciona a criança um contato com um dos elementos principais da música, o ritmo. Assim, a música já dialoga com a constituição interna do ser humano. Isto posto, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais, direcionados a educação infantil, o ambiente sonoro é responsável por iniciar musicalização intuitiva.

O ambiente sonoro, assim como presença da música em diferentes e variadas situações do cotidiano fazem com que os bebês, e crianças iniciem seu processo de musicalização de forma intuitiva. Adultos cantam melodias curtas, cantigas de ninar, fazem brincadeiras cantadas, com rimas parlendas, reconhecendo o fascínio que tais jogos exercem. (BRASIL, 1998. p.51).

Além disso, quando se vê da presença da música no cenário brasileiro, a mesma possui um papel emblemático na tradução cultural, portanto é uma expressão artística presente em cada contexto de experiência e vivência da criança.

À respeito, Schaeffner (1958) afirmou que desde os tempos remotos, o homem já buscava estabelecer comunicação através de sons e ritmos, os quais se revelam no desenvolvimento musical como resultados de longas e incontáveis experiências vivenciadas tanto no âmbito social quanto no individual, tornando-se presente no contexto de construção de diversas sociedades, não sendo diferente com a brasileira, a qual possui extensa relação com a música. De acordo com Cage (1985):

A música não só uma técnica de compor sons (e silêncios), mas em meio de refletire de abrir a cabeça do ouvinte para o mundo.[...] Com sua recusa a qualquer predeterminação em música, propõe o imprevisível como lema, um exercício de liberdade que ele gostaria de ver estendido a própria vida, pois tudo o que fazemos, todos os sons e ruídos e não sons, é música.(CAGE, 1985, p.5)

Dentro dessa perspectiva, Pitágoras ensinava de que maneira os acordes musicais e as melodias criavam reações com o organismo humano. “Pitágoras demonstrou que a sequência correta de sons, se tocada musicalmente num instrumento, pode mudar padrões de comportamento e acelerar o processo de cura” (BRÉSCIA, p. 31, 2003).

Destarte, a abordagem musical válida à educação que se preocupa com a necessidade da contemporaneidade no ambiente escolar, com o bem estar dos indivíduos envolvidos e toda a diversidade existente no contexto cultural, como religiões, família, território, ancestralidade e outros. No mais, explora todas as áreas sensoriais possíveis do indivíduo, estimulando-o a expressar suas emoções.

Conforme descrito no Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil nº03 editado em 1998 (RCNEI 3), a linguagem musical é excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e autoconhecimento, além de poderoso meio de integração social.

Insta mencionar que a música é gesto, movimento e ação, adequando-se as propostas de atuação diversificadas, pois apresenta flexibilidade atrelada a criatividade. Isto posto, CORREIA (2003) constata que:

A música auxilia na aprendizagem de várias matérias. Ela é componente histórico de qualquer época, portanto oferece condição de estudos na identificação de questões, comportamentos, fatos e contextos de determinada fase da história. Os estudantes podem apreciar várias questões sociais e políticas, escutando canções, música clássica ou comédias musicais. O professor pode utilizar a música em vários segmentos do conhecimento, sempre de forma prazerosa, bem como: na expressão e comunicação, linguagem lógico-matemática, conhecimento científico, saúde e outras (CORREIA, 2003, p. 84-85).

Ademais, a música também auxilia na introdução de conteúdos que aparece em diferentes contextos de atividade, alguma delas são: histórias, brincadeiras, danças, exploração de cores e desenhos, percepção auditiva e visual, resgate a memórias apresentando resultados significativos enquanto a sua abordagem.

Mas, observa-se que embora os elementos musicais já estejam presentes na rotina da Educação Infantil, infelizmente, ainda são compreendidos e executados de modo restrito e estereotipado e como adestradores de comportamento, pois muitos profissionais desenvolvem atividades musicais de forma aleatória, descaracterizando a verdadeira funcionalidade que esse elemento proporciona.

Ademais, elucida-se que a aplicação da música apenas no sentido recreativo também deve ser considerado como elemento importante na formação do indivíduo, pois representa um

item significativo dos três pilares da Educação Infantil definido pelo RCNEI (1998), os quais são: cuidar, educar e brincar.

A implantação da música na educação infantil precisa possibilitar a participação ativa dos sujeitos envolvidos, convidando-os a estabelecer conexões reais com a proposta apresentada, desde a escolha do repertório até a execução completa. Registra-se que a integração estabelecida provoca estímulos que repercutem na execução de atividades por completo.

Contemporaneamente, tem-se a impressão de que as instituições de ensino brasileiras optam por aplicar metodologias com baixo custo financeiro. Sob essa ótica, a musicalização é uma considerável opção de custo benefício. O uso desse recurso amolda-se a realidade do local a qual é implantada, e não prioritariamente é caracterizada por altos custos financeiros.

Isso, porque se vale do uso da internet, da utilização de instrumentos musicais que podem ser confeccionados, inclusive, com material reciclado, ou simplesmente a exploração do próprio corpo humano para a elaboração de sons e coreografias que são atividades prazerosas para os discentes. Contudo, deve-se aclarar que o dinamismo das aulas partirão da criatividade e desenvoltura do docente em classe e da visão atrelada à instituição escolar. (BRITO, 2013).

Frisa-se que tal proposta facilita a presença da interdisciplinaridade na escola, pois é uma ferramenta que auxilia na consolidação desse ideal pedagógico com grandes avanços. Corroborando com esse entendimento, Marcos Antônio Correia (2003) afirmou que:

Os currículos de ensino devem incentivar interdisciplinaridade e suas várias possibilidades. [...] A utilização da música, bem como o uso de outros meios, pode incentivar a participação, a cooperação, socialização, e assim destruir as barreiras que atrasam a democratização curricular do ensino. [...] A prática interdisciplinar ainda é insípida em nossa educação (CORREIA, 2003, p.83).

O desenvolvimento proposto por intermédio da música é dinâmico e desenvolve nos sujeitos o conhecimento de ritmo, desencadeando o aprendizado lógico do compasso temporal. Ademais, a música também pode ser usada para trabalhar conteúdos conceituais e até mesmo regras de convivência, pois é ideal para aprimorar a memorização, atenção e a escuta.

Dessa forma, Schafer (1993), compositor e educador canadense, faz um elo entre a importância do incentivo a uma audição apurada para a educação contemporânea, afirmando que através da escuta os indivíduos são capazes de projetar a paisagem sonora para melhorá-la esteticamente.

Em cenários coletivos, a música propõe interação entre os sujeitos envolvidos no processo de escolarização. À respeito, Teca Brito, em sua obra *Música na Educação Infantil: Proposta para a formação integral da criança*, (2013) aduziu que nas atividades de canto coletivo a criança aprende a ouvir-se e ouvir ao grupo como um todo, exercitando aspectos da personalidade como atenção, concentração, cooperação e espírito de coletividade.

Por seguinte, a musicidade oferta aos envolvidos um livre ambiente para montagem de coreografias criadas pelos professores e realizadas pelos educandos, pincelando a introdução da psicomotricidade, principalmente na realização de movimentos corporais. No mais, ainda possibilita a criação de novas músicas.

Insto posto, Brito (2003) afirma que o trabalho de ensino com música está embasado em dois eixos: Criação e Reprodução, que devem ser priorizados por meio de três ações: interpretação, improviso e composição. No entanto, é preciso esclarecer que as ideias de musicalização e musicalidade, apesar de apresentarem pontos comuns, são linhas de pensamento com conceitos distintos.

Assim, incluir a musicalização nas salas de aula não possui o intuito de apenas ensinar músicas para os educandos, todavia, acarreta nesses sujeitos a perspectiva de ampliação cognitiva, na qual a socialização também faz parte. Insta mencionar que a atividade musical deve pautar-se em atividades autônomas, com estímulo a escuta sensível e atentando-se aos indivíduos e suas críticas.

Nota-se que a ausência de conhecimento amplo na área, provoca a implementação de atividade musical mecânica e repetitiva, sem a amplitude de elementos que podem ser agregados. Por seguinte, Beatriz Ilari apresenta uma crítica, ao que ela denomina abordagem para a música de dieta musical:

Inversamente as oportunidades de escuta serão sub aproveitadas se oferecerem um repertório limitado e tendencioso ou excessivamente simples, de natureza vernácula, isto é , previsível, convencional e estereotipado . É equivocado pensar que se deve oferecer uma dieta musical “ manipulativas a alunos que aparentam estar em um nível manipulativo. (ILARI, 2017, p. 20)

As discussões em torno de métodos de alfabetização que esteja dissociado dos padrões tradicionais são constantes. Ainda em seus estudos, muito se discute sobre novos métodos para alfabetizar que fujam dos padrões tradicionais. Com objetivo, vem sendo relacionada a música sob a perspectiva da alfabetização e do letramento.

A partir desse contexto, o trabalho musical na educação infantil agrega outra funcionalidade, pois fomenta a preparação para os anos iniciais da educação fundamental. Assim, a exploração silábica e das letras abarca uma evolução significativa para o desenvolvimento pacífico e condizente com a etapa educacional de cada sujeito.

Sendo assim, são inegáveis as diferentes atuações da musicalização na educação infantil, corroborando com os processos pedagógicos para aprendizagem. Aclara-se ainda que música na escola é um elemento de amplitude das multifuncionalidades infantis e deve ser aplicada por profissionais que dominem a técnica, pois a ausência de base teórica desencadeia práticas rasas e superficiais.

Por fim, a musicalização no ambiente pedagógico exige uma formação pessoal e musical do educador, possibilitando a nítida percepção sobre a receptividade das crianças e suas expressões musicais a cada fase do seu desenvolvimento, assumindo, para isso, uma postura pesquisadora para atrelar estudos e teorias que embasem o seu ofício, ante a ineficiência da exploração adequada deste recurso. (BRITO, 2013). Só assim, ter-se-á a eficiência da junção da Pedagogia e a arte nas salas de educação infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o trabalho demusicalização desempenhado, é um recurso correto de grande relevância e através dele as crianças conseguem atingir uma amplitude em desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e emocional, entretanto vem sendo explorado de forma restrita.

Para a Educação Infantil ratifico a importância do trabalho de musicalização desde as primeiras series, para que dessa maneira valorizando os conhecimentos prévios dos discentes, proporcione um ganho significativo no desenvolvimento por assim explorar tais aspectos, tornando-se uma ferramenta valiosa no processo educativo.

Um dos fatores que pode contribuir para uma exploração equivocada da música é a formação das profissionais de educação nessa instituição, sete delas têm mais de quatro anos de graduação, e sabendo que a educação passa por constantes transformações, assim como a escola com o intuito de atender as novas gerações com inovações de ensino para contemplar a uma sociedade que busca além dos conhecimentos sistematizados, mas um ambiente que traga satisfação e entusiasmo, e, além disso, tudo tenha a autonomia em desenvolver seus interesses.

Mas, ainda assim os cursos de formação ainda não integram a arte como uma possibilidade de trabalho, e nem entendem as múltiplas funcionalidades desse artifício no desenvolvimento pleno do infante. Portanto, a escola deve ofertar cursos de capacitação para as docentes sobre musicalização e que atenda a arte, para que elas entendam e enxerguem a música como um poderoso recurso artístico, e uma possibilidade de retomar assuntos vistos em sala de aula e na apresentação de novos conteúdos, além disso, entendo a importância de estimular a criatividade. E que não precisa ser musicista para articular a música às atividades, basta racionalizá-las com intencionalidades, para isso acontecer, a apropriação do conhecimento é fundamental.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

AVELBERG, R. **Para Gostar de Aprender Arte: sala de aula e formação de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARBOSA, Ana M. **A imagem no ensino da Arte**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 24 de julho de 2021.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em 24 de julho de 2021.

_____. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em 24 de julho de 2021.

_____. Ministério de Educação e do Desporto. **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. V.1. 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2021..

BRÉSCIA, Vera Lúcia P. **Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva**. São Paulo: Átomo, 2003.

BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

CAGE, J. **De segunda a um ano**. 2ª ed. DUPRAT, R. (trad.). São Paulo: Hucitec, 1985.

CORREIA, Marcos Antonio. **Música na Educação: uma possibilidade pedagógica**. Revista Luminária. n. 6. Vitória: Faculdade Estadual de Filosofia, 2003.P. 83-87.

_____. **A função didático-pedagógica da linguagem musical: uma possibilidade na educação, 2010**. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-400010&lng=en&nrm=iso>.
Acesso em 02 de julho de 2021.

CUNHA, Suzana Rangel Veiga da (org). ***Cor, som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança.*** Porto Alegre: Mediação, 2011.

CHARLOT, Bernard. ***Educação e artes cênicas: interfaces contemporâneas.*** Rio de Janeiro: Wak editora, 2013.

FERRAZ, Maria. ***Metodologia do ensino da arte.*** São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, Paulo. ***Pedagogia do Oprimido.*** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAINZA, V. HEMSY de. ***Estudos de psicopedagogia musical.*** São Paulo: Summus. 1988.

GÊNOVA, A. C. S.; LEITE, P. B. R. de S.; SOUZA, I. D. B. ***A Educação Infantil no Contexto Atual: Direitos e Perspectivas.*** 2013. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-infantil-no-contexto-atual-direitos-e-perspectivas/116222/>. Acesso em 25 nov. 2019.

HERMANN, N. ***Ética e estética: a relação quase esquecida.*** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

HEYWOOD, Colin. ***Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente.*** Porto Alegre: Artmed, 2004.

ILARI, Beatriz. ***Música na Educação Infantil.*** São Paulo: Papiros, 2017.

_____. ***A música e o cérebro: algumas implicações do neuro-desenvolvimento para a educação musical.*** Revista da ABEM. V.9. Porto Alegre, 2003. P.7-16.

LIBÂNEO, José Carlos. ***Didática.*** São Paulo: Cortez, 1991.

MINAYO, M. C. S. (Org.). ***Pesquisa social: teoria, método e criatividade.*** Petrópolis: Vozes, 2005.

MOMOLI, D.; EGAS, O. ***A dimensão estética na formação dos pedagogos.*** Trama Interdisciplinar. v. 6, n. 2. maio/ago São Paulo, 2015. P. 59-74.

OLIVEIRA, Z. R. de Oliveira. ***Educação Infantil: fundamentos e métodos.*** São Paulo: Cortez, 2007.

PIAGET, Jean. ***A Equilibração das Estruturas Cognitivas: problema central do***

desenvolvimento. CABRAL, A.(trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 1976

SHAEFFNER, A. **Origenes instrumentos de musique.** Paris: Mouton, 1958.

SCHALLER, Katrin. **Acordes curativos.** Viver Mente & Cérebro: revista de psicologia, psicanálise, neurociências e conhecimento. Jun. São Paulo, 2005. P. 64-69.

SCHAFER, M. **O ouvido pensante.** FONTERRADA, M. *et all (trad.). São Paulo: Editora Unesp, 1991.*

VYGOTSKY, L. S. **A pré-história da linguagem escrita: a formação social da mente.** São Paulo, Martins Fontes, 1984.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Rocha, Luiz Renato da Silva¹ – Concepção do estudo. Coleta de dados. Participação ativa da discussão dos resultados. Elaboração do manuscrito e revisão e aprovação da escrita versão final.

Marques, Cláudia de Araújo² – Concepção. Análise dos dados. Elaboração do manuscrito. Participação ativa da discussão dos resultados. Revisão e aprovação da escrita versão final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores concordam que caso o manuscrito venha a ser aceito e postado no servidor SciELO Preprints, a retirada do mesmo se dará mediante retratação.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.